Desejamos ainda manifestar ao conselho de administração e aos serviços da Sociedade e da empresa participada o nosso apreço pela colaboração prestada.

Lisboa, 26 de Fevereiro de 2004. — O Conselho Fiscal: *José Diogo Horta Osório,* presidente — *Ana Isabel Marques,* vogal — Magalhães, Neves & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *Luís Augusto Gonçalves Magalhães,* vogal.

Acta de assembleia-geral de aprovação de contas realizada em 30 de Março de 2004

Aos 30 dias do mês de Março de 2004, pelas 10 horas, na sede social, reuniu a assembleia geral anual da Fiat Crédito Portugal, S. A., que reúne como assembleia universal, sem observância de formalidades prévias, por ser essa a vontade manifestada pela accionista única a Fidis Retail Itália, SpA., que assim quis que se constituísse e deliberasse sobre os seguintes assuntos:

1.º Deliberar sobre o relatório de gestão e as contas do exercício de 2003;
2.º Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados;
3. ° Apreciação geral da administração e fiscalização;
4.° Deliberar sobre o relatório consolidado de gestão e contas consolidadas;
5.° Apreciação geral da administração relativamente à gestão consolidada;
6.° Nomeação dos órgãos sociais para o quadriénio de 2004-2007.

O presidente da mesa declarou abertos os trabalhos e, no âmbito do ponto 1.°, deu a palavra ao administrador-delegado, Dr. Vitantonio Addabbo que produziu sobre os documentos em apreço as considerações e os esclarecimentos complementares aos que resultam do relatório de gestão do exercício.

O presidente da mesa pôs à votação o relatório de gestão e as contas do exercício de 2003, que foram aprovadas pela única accionista.

No âmbito do ponto 2.º da ordem de trabalhos, foi aprovada pela accionista única a proposta de que os resultados líquidos do exercício de 6 487 423, 63 euros, no montante de 648 742,36 euros em reservas legais e os restantes 5 838 681,27 euros em reservas livres.

No âmbito do ponto 3.º da ordem de trabalhos, procedeu-se à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade no dito exercício, a qual foi pela assembleia valorada positivamente, com um voto de louvor aos respectivos órgãos.

No âmbito do ponto 4.°, o presidente da mesa deu a palavra ao administrador-delegado para prestar esclarecimentos complementares sobre os documentos referidos no quarto assunto, após o que a accionista única aprovou o relatório consolidado de gestão e as contas consolidadas do exercício em apreço.

No âmbito do ponto 5. °, passou-se à fiscalização, digo, apreciação geral da administração e fiscalização relativamente à gestão consolidada e às contas consolidadas do exercício em apreço, as quais forma pela accionista única valoradas positivamente, com a aprovação por ela de um voto de louvor aos respectivos órgãos.

No âmbito do 6.º e último ponto, foi posta à votação e aprovada a composição dos órgãos sociais, para o quadriénio de 2004-2007, tendo os mesmos ficado assim constituídos:

Mesa da assembleia geral:
Presidente: André Luiz Gomes.
Secretário: Elsa Sousa Rodrigues.

Conselho de administração:

Presidente: Herbert Hutter.
Administrador-delegado: Vitantonio Addabbo.
Vogais:

Maurizio Leonardo Domenico Badoglio.
Joaquim Luiz Gomes.
Licínio José dos Santos Saraiva.
Alberto da Conceição Rosário.
Martin Moya Mendieta.

Conselho fiscal:

Presidente: Diogo José Horta Osório.

Vogais:

Ana Isabel Marques.
Magalhães, Neves e Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por Luís Augusto Gonçalves Magalhães.

Vogal suplente: António Dias e Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por António Marques Dias.

Nada mais havendo a tratar, foi dada por encerrada a reunião da qual foi lavrada apresente acta que vai ser assinada pelos presidente e secretário da mesa.

(Sem assinaturas.) 2007483378

NEXPART, SGPS, S. A.

Relatório n.º 13-F/2007

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa (2.ª Secção). Matrícula n.º 10 903/20010117; identificação de pessoa colectiva n.º 505253003; número e data da inscrição: 7/3 de Novembro de 2005.

Ana Maria Figueiredo, primeira-ajudante da Conservatória do Registo Comercial de Lisboa (2.ª Secção):

Certifica, que as cópias em anexo são a reprodução integral dos documentos arquivados na pasta respectiva, referente à prestação de contas, da sociedade em epígrafe do ano de 2004.

Está conforme o original.

Lisboa, 12 Dezembro 2005. — A Primeira-Ajudante, *Ana Maria Figueiredo*.

Relatório e contas de 2004

Órgãos sociais

Assembleia geral:

Presidente: Vítor Castro Nunes.
Secretários:

Filipe de Lacerda Baião do Nascimento.
Marianela Catarino Cordeiro de Sousa Meireles.

Administração:

Presidente: José de Oliveira Costa.
Vogais:

António Coelho Marinho.
Fernando Soares Ferreira.

Fiscal único:

J. Monteiro & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, L.da, efectivo.
Salvador Figueiredo Vás Lima, revisor oficial de contas, suplente.

Relatório de gestão

Ex.mos Srs. Accionistas:

Nos termos da lei e dos estatutos, vem a administração da Nexpart, SGPS, S. A., submeter à apreciação de VV. Ex.as o relatório de gestão da actividade e as contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2004.

Enquadramento económico

Em 2004, estima-se que o PIB Português tenha tido um crescimento entre 1% a 1,5%, face a uma quebra de 1,2% em 2003. Este crescimento deve-se sobretudo à *performance* registada no primeiro semestre, alicerçada em factores duradouros como uma procura externa forte, mas também devido à realização do Euro 2004 no nosso país.

Já no segundo semestre o PIB tem mesmo diminuído devido a factores como a valorização do euro face ao dólar, com impacto negativo nas exportações, bem como à escalada do preço do petróleo, entretanto invertida em Novembro último.

Os dados disponíveis apontam para uma contribuição significativa da procura interna para o crescimento do PIB, de cerca de 1,9 pontos percentuais, após uma queda de 2,8% verificada em 2003. Esse crescimento da procura interna deve-se principalmente ao aumento do consumo privado, na ordem dos 2%, enquanto o consumo público registou uma subida de cerca de meio ponto percentual.

O défice da balança comercial continuou a aumentar durante o ano de 2004, devido a um aumento das importações superior ao das exportações, contribuindo fortemente para o agravamento do défice da balança corrente (6,3% do PIB em 2004 contra 5,1% no ano anterior).

A taxa de desemprego teve um ligeiro aumento passando de 6,3% em 2003 para 6,5%.

A inflação média anual em 2004 deverá rondar os 2,5%, contra 3,3% em 2003, aproximando-se agora mais da média dos países da União Europeia (cerca de 2,1%).

Actividade da sociedade

A sociedade foi constituída por escritura pública em 15 de Dezembro de 2000 e tem por objecto a gestão de participações sociais de outras sociedades como forma indirecta de exercício de actividade económica.

Em 23 de Fevereiro de 2004 foi realizado um aumento de capital no montante de 6 100 000 euros, tendo o capital social da sociedade passado para 6 150 000 euros.

Resultado do exercício

O resultado líquido do exercício foi positivo em 12 012,81 euros.

Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício

Após o termo do exercício e até à presente data, não ocorreram factos relevantes que possam alterar os pressupostos na base dos quais este documento é produzido.

Perspectivas para o exercício de 2005

Prevê-se que no próximo exercício a sociedade continue a exercer de forma continuada o seu objecto social.

Proposta de aplicação de resultados

Após a afectação de parte dos resultados para reserva legal, no montante de 600,64 euros, propõem-se o remanescente seja transferido para resultados transitados no montante de 11 412,17 euros, finalmente propõe-se que sejam distribuídos dividendos no valor de 615 000 euros com recurso aos resultados transitados, que correspondem a 10% do capital social.

Considerações finais

Cumpre informar que não existiam, à data do encerramento das contas, dívidas em mora perante a segurança social ou perante o Estado e outros entes públicos.

Lisboa, 1 Março de 2005. — A Administração: *José de Oliveira Costa,* presidente — *António Coelho Marinho,* vogal — *Fernando Soares Ferreira,* vogal.

Anexo ao relatório do conselho de administração

Em cumprimento do n.º 5 do artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais, cumpre-nos informar o seguinte:

	Quantidade
Assembleia geral:	
Acções detidas em 1 de Janeiro de 2004:	
Marianela Catarino Cordeiro de Sousa Meireles	–
Acções detidas em 31 de Dezembro de 2004:	
Marianela Catarino Cordeiro de Sousa Meireles	11 264
Conselho de administração:	
Acções detidas em 1 de Janeiro de 2004:	
José de Oliveira Costa	–
António Coelho Marinho	–
Fernando Soares Ferreira	–
Acções detidas em 31 de Dezembro de 2004:	
José de Oliveira Costa	590 428
António Coelho Marinho	599 828
Fernando Soares Ferreira	14 000

Restantes órgãos:

De resto, nem o presidente da mesa da assembleia geral Vítor Castro Nunes ou o Secretário Filipe de Lacerda Baião Nascimento, nem o fiscal único efectivo ou suplente, foram titulares, durante todo o exercício de 2004, de quaisquer acções representativas do capital social da sociedade, não lhes sendo aplicáveis as previsões dos n.os 2 e 3 do artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais.

Durante todo o exercício de 2004 e até à presente data, a sociedade não procedeu à emissão de obrigações de qualquer natureza.

A Administração: *José de Oliveira Costa,* presidente — *António Coelho Marinho,* vogal — *Fernando Soares Ferreira,* vogal.

Balanço em 31 de Dezembro de 2004

ACTIVO

(Em euros)

Código das contas		Ano: Activo bruto	Ano: Amortizações e provisões	Ano: Activo líquido	Ano anterior (líquido)
	Imobilizado:				
	Imobilizações incorpóreas:				
	Despesas de instalação	33 980,37	11 703,20	22 277,17	–
432	Despesas de investig. e de desenvolvim.	–	–	–	–
433	Propriedade industrial e outros direitos	–	–	–	–
434	Trespasses	–	–	–	–
441/6	Imobilizações em curso	–	–	–	–
449	Adiant. por conta de imobiliz. incorpóreas	–	–	–	–
		33 980,37	11 703,20	22 277,17	–

(Em euros)

Código das contas		Ano			Ano anterior (líquido)
		Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	
	Imobilizações corpóreas:				
421	Terrenos e recursos naturais	–	–	–	–
422	Edifícios e outras construções	–	–	–	–
423	Equipamento básico	–	–	–	–
424	Equipamento de transporte	–	–	–	–
425	Ferramentas e utensílios	–	–	–	–
426	Equipamento administrativo	–	–	–	–
427	Taras e vasilhame	–	–	–	–
429	Outras imobilizações corpóreas	–	–	–	–
441/6	Imobilizações em curso	–	–	–	–
448	Adiant. por conta de imobiliz. corpóreas	–	–	–	–
		–	–	–	–
	Investimentos financeiros:				
4111	Partes de capital em empresas do Grupo	–	–	–	–
4121+4131	Empréstimos a empresas do Grupo	–	–	–	–
4112	Partes de capital em empresas associadas	–	–	–	–
4122+4132	Empréstimos a empresas associadas	–	–	–	–
4113+414+415	Títulos e outras aplicações financeiras	11 864 226,38	11 864 226,38	1 286 832,20	–
4123+4133	Outros empréstimos concedidos	–	–	–	–
441/6	Imobilizações em curso	–	–	–	–
447	Adiant. por conta de investim. financeiros	–	–	–	–
		11 864 226,38	–	11 864 226,38	1 286 832,20
	Circulante:				
	Existências:				
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	–	–	–	–
35	Produtos e trabalhos em curso	–	–	–	–
34	Subprodutos, desperdí., resíduos e refugos	–	–	–	–
33	Produtos acabados e intermédios	–	–	–	–
32	Mercadorias	–	–	–	–
37	Adiantamentos por conta de compras	–	–	–	–
		–	–	–	–
	Dívidas de terceiros — médio e longo prazos	–	–	–	–
	Dívidas de terceiros — Curto prazo:				
211	Clientes, c/c	–	–	–	–
212	Clientes — Títulos a receber	–	–	–	–
213	Clientes de cobrança duvidosa	–	–	–	–
252	Empresas do grupo	–	–	–	–
253+254	Empresas participadas e participantes	–	–	–	–
251+255	Outros accionistas (sócios)	–	–	–	–
229	Adiantamentos a fornecedores	–	–	–	–
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	–	–	–	–
24	Estado e outros entes públicos	3 009,12	–	3 009,12	1 748,80
62+266/7/8+221	Outros devedores	–	–	–	–
264	Subscritores de capital	–	–	–	–
		3 009,12	–	3 009,12	1 748,80
	Títulos negociáveis:				
1511	Acções em empresas do Grupo	–	–	–	–
1521	Obrig. e tít. de partic. em empresas do Grupo	–	–	–	–
1512	Acções em empresas associadas	–	–	–	–
1522	Obrig. e tít. de partic. em empresas associadas	–	–	–	–
1513+1523+153/9	Outros títulos negociáveis	–	–	–	–
18	Outras aplicações de tesouraria	–	–	–	–
		–	–	–	–
	Depósitos bancários e caixa:				
12+13+14	Depósitos bancários	526 373,84		526 373,84	132 697,69
11	Caixa	–		–	–
		526 373,84		526 373,84	132 697,69

(Em euros)

Código das contas		Ano			Ano anterior (líquido)
		Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	
	Acréscimos e diferimentos:				
271	Acréscimos de proveitos	–		–	–
272	Custos diferidos	–		–	–
2761	Activos por impostos diferidos	–		–	–
		–		–	–
	Total de amortizações		11 703,20		
	Total de provisões		–		
	Total do activo	12 427 589,71	11 703,20	12 415 886,51	1 421 278,69

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO

Código das contas		2004	2003
	Capital próprio:		
	Capital	6 150 000,00	50 000,00
	Acções (quotas) próprias — Valor nominal	–	–
	Acções (quotas) próprias — Descontos e prémios	–	–
53	Prestações suplementares	–	–
54	Prémios de emissão de acções (quotas)	4 880 000,00	–
55	Ajustamento de partes de capital em filiais e associadas	–	–
56	Reservas de reavaliação	–	–
	Reservas:		
571	Reservas legais	77 074,88	–
572	Reservas estatutárias	–	–
573	Reservas contratuais	–	–
574 a 579	Outras reservas	–	–
59	Resultados transitados	1 294 198,82	– 170 223,91
	Subtotal	12 401 273,70	– 120 223,91
88	Resultado líquido do exercício	12 012,81	1 541 497,61
89	Dividendos antecipados	–	–
	Total do capital próprio	12 413 286,51	1 421 273,70
	Passivo:		
	Provisões para riscos e encargos:		
291	Provisões para pensões	–	–
292	Provisões para impostos	–	–
293/8	Outras provisões para riscos e encargos	–	–
		–	–
	Dívidas a terceiros — médio e longo prazos	–	–
	Dívidas a terceiros — curto prazo:		
	Empréstimos por obrigações:		
2331	Convertíveis	–	–
2322	Não convertíveis	–	–
233	Empréstimos por títulos de participação	–	–
231+12	Dívidas a instituições de crédito	–	–
269	Adiantamentos por conta de vendas	–	–
221	Fornecedores, c/c	–	–
228	Fornecedores — Facturas em recepção e conferência	–	–
222	Fornecedores — Títulos a pagar	–	–
2612	Fornecedores de imobilizado — Títulos a pagar	–	–
252	Empresas do Grupo	–	–
253+254	Empresas participadas e participantes	–	–
251+255	Outros accionistas (sócios)	–	–

(Em euros)

Código das contas		2004	2003
219	Adiantamentos de clientes	–	–
239	Outros empréstimos obtidos	–	–
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	–	–
24	Estado e outros entes públicos	–	–
262/3/4/5/7/8+211	Outros credores	–	4,99
		–	4,99
	Acréscimos e diferimentos:		
273	Acréscimos de custos	2 600,00	–
274	Proveitos diferidos	–	–
2762	Passivos por impostos diferidos	–	–
		2 600,00	–
	Total do passivo	2 600,00	4,99
	Total do capital próprio e do passivo	12 415 886,51	1 421 278,69

A Administração: *José de Oliveira Costa,* presidente — *António Coelho Marinho,* vogal — *Fernando Soares Ferreira,* vogal. — A Técnica Oficial de Contas, *Micaela Coelho*.

Demonstração dos resultados em 31 de Dezembro de 2004

CUSTOS E PERDAS

Código das contas		2004		2003	
61	Custo das mercadorias vendidas e mat. consumidas:				
	Mercadorias	–		–	
	Matérias	–	–	–	–
62	Fornecimentos e serviços externos		37 191,63		3 011,53
	Custos com o pessoal:				
641+612	Remunerações	–		–	
643+644	Encargos sociais:				
	Pensões	–		–	
645/8	Outros	–	–	–	–
66	Amortiz. do imobiliz. corpóreo e incorpóreo	11 136,91		188,81	
67	Provisões	–	11 136,91	–	188,81
63	Impostos	5 763,65	–	13 304,79	
65	Outros custos e perdas operacionais	–	5 763,65	–	13 304,79
	(*A*)		54 092,19		16 505,13
682	Perdas em empresas do Grupo e associadas	–		–	
683+684	Amortiz. e provisões de aplic. e investi. financeiros	–		–	
(2)	Juros e custos similares:				
	Relativos a empresas do Grupo	–		–	
	Outros	1 297,74	1 297,74	138 652,28	138 652,28
	(*C*)		55 389,93		155 157,41
69	Custos e perdas extraordinários		–		200,02
	(*E*)		55 389,93		155 347,43
86	Impostos sobre o rendimento do exercício		–		–
	(*G*)		55 389,93		155 357,42
88	Resultado líquido do exercício		12 012,81		1 541 497,61
			67 402 74		1 696 855,04

PROVEITOS E GANHOS

Código das contas		2004		2003	
71	Vendas:				
	Mercadorias	–		–	
	Produtos	–		–	
72	Prestações de serviços	–	–	–	–

(Em euros)

Código das contas		2004		2003	
(3)	Variação da produção		–		–
75	Trabalhos para a própria empresa		33 414,08		–
73	Proveitos suplementares	–		–	
74	Subsídios à exploração	–		–	
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	–	–	–	–
	(*B*)		33 414,08		–
782	Ganhos em empresas do Grupo e associadas		–		–
784	Rendimentos de participações de capital		–		–
(4)	Rendimentos de títulos negociáveis e de outras aplicações financeiras:				
	Relativos a empresas do Grupo	–		–	
	Outros	–		–	
(5)	Outros juros e proveitos similares:				
	Relativos a empresas do Grupo	–		–	
	Outros	51,58	51,58	1 696 855,01	1 696 855,01
	(*D*)		33 465,66		1 696 855,01
79	Proveitos e ganhos extraordinários		33 937,08		0,03
	(*F*)		67 402,74		1 696 855,04

Resumo:

Resultados operacionais (*B*)–(*A*) =	– 20 678,11	– 16 505,13
Resultados financeiros (*D*–*B*)–(*C*–*A*) =	– 1 246,16	1 558 202,73
Resultados correntes (*D*)–(*C*) =	– 21 924,27	1 541 697,60
Resultados antes de impostos (*F*)–(*E*) =	12 012,81	1 541 497,61
Resultado líquido do exercício (*F*)–(*G*) =	12 012,81	1 541 497,61

A Administração: *José de Oliveira Costa,* presidente — *António Coelho Marinho,* vogal — *Fernando Soares Ferreira,* vogal. — A Técnica Oficial de Contas, *Micaela Coelho*.

Demonstração dos fluxos de caixa em 31 de Dezembro de 2004

	2004	2003
Actividades operacionais:		
Pagamentos a fornecedores	(1 178)	(3 010)
Outros recebimentos e pagamentos relativos à actividade operacional	(6 977)	67 474
Recebimentos e pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias	–	(200)
Fluxos das actividades operacionais	(8 155)	64 264)
Actividades de investimento:		
Pagamentos respeitantes a imobilizações incorpóreas	(33 414)	–
Pagamentos respeitantes a investimentos financeiros	(10 651 457)	–
Recebimentos respeitantes a investimentos financeiros	108 000	5 400 000
Fluxos das actividades de investimento	(10 576 871)	5 400 000
Actividades de financiamento:		
Pagamentos respeitantes a juros e custos similares	(1 298)	(1 125)
Pagamentos respeitantes a empréstimos obtidos	–	(312)
Pagamentos respeitantes a devoluções de suprimentos e juros	–	(5 330 130)
Recebimentos provenientes de aumento de capital, prestações suplementares e prémios emissão	10 980 000	–
Fluxo das actividades de financiamento	10 978 702	(5 331 567)
	393 676	132 698
Caixa e equivalentes no início do período	132 698	–
Caixa e equivalentes no fim do período	526 374	132 698
Variação de caixa e equivalentes	393 676	132 698

A Administração: *José de Oliveira Costa,* presidente — *António Coelho Marinho,* vogal — *Fernando Soares Ferreira,* vogal. — A Técnica Oficial de Contas, *Micaela Coelho*.

Anexo ao balanço e à demonstração de resultados em 31 de Dezembro de 2004

(Valores expressos em euros)

1 — Nota introdutória:

As notas que se seguem respeitam à numeração definida no Plano Oficial de Contabilidade (POC). As notas cuja numeração não figura neste anexo ou não são aplicáveis ou a sua divulgação não é relevante para a apreciação das demonstrações financeiras.

2 — Actividade:

A sociedade foi constituída por escritura pública em 15 Dezembro de 2000, e tem por objecto a gestão de participações sociais de outras empresas como forma indirecta do exercício de actividades económicas.

3 — Princípios contabilísticos e critérios valorimétricos:

a) *Geral*. — As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a convenção dos custos históricos e na base da continuidade das operações, em conformidade com os princípios contabilísticos fundamentais de prudência, consistência, especialização de exercícios, em todos os aspectos significativos, materialidade e substância sobre a forma.

b) *Imobilizações incorpóreas*. — As imobilizações incorpóreas são constituídas, pelas, despesas de constituição e aumentos de capital da sociedade.

As imobilizações incorpóreas estão mostradas ao valor de custo, líquido das amortizações acumuladas. Estas amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes às taxas máximas permitidas fiscalmente, durante o período de três anos.

c) *Acréscimos e diferimentos*. — Os proveitos e os custos são reconhecidos quando obtidos ou incorridos independentemente do seu recebimento ou pagamento.

d) *Investimentos financeiros*. — Os investimentos financeiros estão valorizados ao custo de aquisição. Quando se perspectivam perdas potenciais é registada uma provisão para investimentos financeiros.

6 — Imposto sobre o rendimento:

Imposto corrente:

A empresa encontra-se sujeita ao imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC) à taxa normal de 25%, acrescida de derrama à taxa máxima de 10%, conduzindo a uma taxa de imposto agregada máxima de 27,5%.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a segurança social, sendo que para as quotizações e contribuições relativas a exercícios anteriores a 2001 o prazo era de 10 anos), excepto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são prolongados ou suspensos. Consequentemente, as declarações fiscais da empresa dos exercícios de 2001 a 2004 poderão ainda ser sujeitas a revisão. O conselho de administração entende que eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2004.

Também de acordo com a legislação fiscal em vigor, os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de seis anos após a sua ocorrência e susceptíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período.

Impostos diferidos:

Não foram reconhecidos impostos diferidos activos ou passivos, dado que não existem situações que levem à contabilização.

7 — Pessoas ao serviço da empresa:

A empresa não dispõe de qualquer trabalhador nos seus quadros de pessoal.

8 — Despesas de instalação e despesas de investigação e desenvolvimento:

A rubrica de despesas de instalação incluí as despesas de constituição da sociedade.

10 — Imobilizações:

Activo bruto:

Rubricas	Saldo inicial	Reavaliação/ ajustamento	Aumentos	Alienações	Transf. e abates	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:						
Despesas de instalação	566,29	–	33 414,08	–	–	33 980,37
Despesas de investigação e desenvolvimento	–	–	–	–	–	–
Propriedade industrial e outros direitos	–	–	–	–	–	–
Imobilizações em curso	–	–	–	–	–	–
Adiantam. por conta de imobiliz. incorpóreas	–	–	–	–	–	–
	566,29	–	33 414,08	–	–	33 980,37
Imobilizações corpóreas:						
Terrenos e recursos naturais	–	–	–	–	–	–
Edifícios e outras construções	–	–	–	–	–	–
Equipamento básico	–	–	–	–	–	–
Equipamento de transporte	–	–	–	–	–	–
Ferramentas e utensílios	–	–	–	–	–	–
Equipamento administrativo	–	–	–	–	–	–
Outras imobilizações corpóreas	–	–	–	–	–	–
Imobilizações em curso	–	–	–	–	–	–
Adiantam. por conta de imobiliz. corpóreas	–	–	–	–	–	–
	–	–	–	–	–	–
Investimentos financeiros:						
Partes de capital em empresas do grupo	–	–	–	–	–	–
Empréstimos a empresas do grupo	–	–	–	–	–	–
Partes de capital em empresas associadas	–	–	–	–	–	–
Empréstimos a empresas associadas	–	–	–	–	–	–
Partes de capital em outras empresas	1 286 832,20	–	10 651 457,10	74 062,92	–	11 864 226,38
Empréstimos a outras empresas	–	–	–	–	–	–

Rubricas	Saldo inicial	Reavaliação/ ajustamento	Aumentos	Alienações	Transf. e abates	Saldo final
Obrig. e tít. de particip. a empresas do grupo	–	–	–	–	–	–
Obrig. e tít. de participação a outras empresas	–	–	–	–	–	–
Investimentos em imóveis	–	–	–	–	–	–
Outras aplicações financeiras	–	–	–	–	–	–
Imobilizações em curso	–	–	–	–	–	–
Adiantam. por conta de investim. financeiros	–	–	–	–	–	–
	1 286 832,20	–	10 651 457,10	74 062,92	–	11 864 226,38

Amortizações e provisões:

Rubricas	Saldo inicial	Reforço	Regula-lizações	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:				
Despesas de instalação	566,29	11 136,91	–	11 703,20
Despesas de investigação e de desenvolvimento	–	–	–	–
Propriedade industrial e outros direitos	–	–	–	–
Trespasses	–	–	–	–
	566,29	11 136,91	–	11 703,20
Imobilizações corpóreas:				
Terrenos e recursos naturais	–	–	–	–
Edifícios e outras construções	–	–	–	–
Equipamento básico	–	–	–	–
Equipamento de transporte	–	–	–	–
Ferramentas e utensílios	–	–	–	–
Equipamento administrativo	–	–	–	–
Taras e vasilhame	–	–	–	–
Outras imobilizações corpóreas	–	–	–	–
	–	–	–	–
Investimentos financeiros:				
Títulos e outras aplicações financeiras	–	–	–	–
Outros empréstimos concedidos	–	–	–	–
	–	–	–	–

16 — Partes de capital em empresas do grupo:

Firma	Percen-tagem de parti-cipação	Custo ou equivalência patrimonial	Ano	Capital próprio da partic.	RLE da participada
Partes de capital em empresas do grupo SLN — Sociedade Lusa de Negócios, SGPS, S. A.	1,34	11 819 920	2004	642 563 077	48 353 745

O investimento financeiro corresponde a 5 991 364 acções da SLN — Sociedade Lusa de Negócios, SGPS, S. A., que representam 1,34% do seu capital social.

Tal como referido na nota n.º 3, alínea *d*), o investimento financeiro é registado ao custo de: aquisição não se perspectivando quaisquer perdas potenciais.

35 — Aumento de capital:

O aumento do capital social de 6 100 000 euros verificado a 23 de Fevereiro de 2004, foi integralmente realizado em dinheiro.

36 — Capital — número de acções e valor nominal:

O capital está representado por 6 150 000 acções nominativas escriturais de um euro cada, integralmente subscrito e realizado.

38 — Subscrição de capital:

Foi realizado, no exercício de 2004, um aumento de capital através da emissão de 6 100 000 novas acções com o valor nominal de 1,8 euro cada, de que resultou um prémio de emissão de 4 880 000 euros.

40 — Movimentos nos capitais próprios:

	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
51 — Capital	50 000,00	6 100 000,00	–	6 150 000,00
52 — Acções (quotas) próprias:				
521 — Valor nominal	–	–	–	–
522 — Descontos e prémios	–	–	–	–
53 — Prestações suplementares	–	–	–	–
54 — Prémios de emissão de acções (quotas)	–	4 880 000,00	–	4 880 000,00

	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
55 — Ajustam. de partes de capital em empresas do grupo e associadas:				
551 — Ajustamentos de transição	–	–	–	–
552 — Lucros não atribuídos	–	–	–	–
553 — Outras variações nos capitais próprios	–	–	–	–
554 — Depreciações	–	–	–	–
56 — Reservas de reavaliação:	–	–	–	–
57 — Reservas:				
571 — Reservas legais	–	77 074,88	–	77 074,88
572 — Reservas estatutárias	–	–	–	–
573 — Reservas contratuais	–	–	–	–
574 — Reservas livres		–	–	–
575 — Subsídios	–	–	–	–
576 — Doações	–	–	–	–
59 — Resultados transitados	– 170 223,91	1 464 422,73	–	1 294 198,82
88 — Resultado líquido do exercício	1 541 497,61	12 012,81	1 541 497,61	12 012,81
89 — Dividendos antecipados	–	–	–	–
Total do capital próprio	1 421 273,70	12 533 510,42	1 541 497,61	12 413 285,51

Em conformidade com a legislação aplicável, a sociedade deverá constituir a reserva legal até o saldo atingir pelo menos 20% do capital social, transferindo anualmente para esta reserva um montante não inferior a 5% do lucro líquido do exercício. Esta reserva apenas pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou em aumentos de capital.

Os prémios de emissão que resultaram do ágio obtido no aumento de capital realizado no exercício de 2002 só podem ser utilizados em futuros aumentos de capital e cobertura de prejuízos.

43 — Remunerações dos órgãos sociais:

Não foram atribuídas quaisquer remunerações aos órgãos sociais no corrente exercício.

45 — Resultados financeiros:

CUSTOS E PERDAS

	2004	2003
681 — Juros suportados	1 297,74	138 652,28
682 — Perdas em empresas do grupo e associadas	–	–
683 — Amortizações de investimentos em imóveis	–	–
684 — Provisões para aplicações financeiras	–	–
685 — Diferenças de câmbios desfavoráveis	–	–
686 — Descontos de pronto pagamento concedidos	–	–
687 — Perdas na alienação de aplicações de tesouraria	–	–
688 — Outros custos e perdas financeiros	–	–
Resultados financeiros	– 1 246,16	1 558 202,73
	51,58	1 696 855,01

PROVEITOS E GANHOS

	2004	2003
781 — Juros obtidos	51,58	1,21
782 — Ganhos em empresas do grupo e associadas	–	–
783 — Rendimentos de imóveis	–	–
784 — Rendimentos de participações de capital	–	–
785 — Diferenças de câmbio favoráveis	–	–
786 — Descontos de pronto pagamento obtidos	–	–
787 — Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria	–	–
788 — Outros proveitos e ganhos financeiros	–	–
	51,58	1 696 855,01

46 — Resultados extraordinários:

CUSTOS E PERDAS

	2004	2003
691 — Donativos	–	–
692 — Dívidas incobráveis	–	–
693 — Perdas em existências	–	–

	2004	2003
694 — Perdas em imobilizações	–	–
695 — Multas e penalidades	–	–
696 — Aumentos de amortizações e provisões	–	–
637 — Correcções relativas a exercícios anteriores	–	–
698 — Outros custos e perdas extraordinários	–	–
Resultados extraordinários	33 937,08	– 199,99
	33 937,08	0,03

PROVEITOS E GANHOS

	2004	2003
791 — Restituição de impostos	–	–
792 — Recuperação de dívidas	–	–
793 — Ganhos em existências	–	–
794 — Ganhos em imobilizações	33 937,08	–
795 — Benefícios de penalidades contratuais	–	–
796 — Reduções de amortizações e de provisões	–	–
797 — Correcções relativas a exercícios anteriores	–	–
79B — Outros proveitos e ganhos extraordinários	–	–
	33 937,08	0,03

A rubrica de ganhos em imobilizações corresponde ao ganho obtido na alienação de 60 000 acções da Sociedade Lusa de Negócios, SGPS, S. A.

A Administração: *José de Oliveira Costa,* presidente — *António Coelho Marinho,* vogal — *Fernando Soares Ferreira,* vogal. — A Técnica Oficial de Contas, *Micaela Coelho*.

Certificação legal das contas

1 — *Introdução*. — Examinámos as demonstrações financeiras da NEXPART, SGPS, S. A., as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2004, (que evidencia um total de balanço de 12 415 887 euros e um total de capital próprio de 12 413 287 euros, incluindo um resultado líquido de 12 013 euros), a demonstração dos resultados por natureza, a demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente anexo ao balanço e à demonstração dos resultados.

2 — *Responsabilidades*. — É da responsabilidade da administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da empresa e o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 — A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

4 — *Âmbito*. — O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes.

Para tanto, o referido exame incluiu:

A verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela administração, utilizadas na sua preparação;

A apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

A verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;

A apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 — Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

6 — *Opinião*. — Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Nexpart, SGPS, S. A., em 31 de Dezembro de 2004, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Lisboa, 4 de Março de 2005. — J. Monteiro & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, L.da, representada por *José Manuel Carlos Monteiro*.

Relatório e parecer do fiscal único

A fim de dar cumprimento aos estatutos e à legislação vigente, na qualidade de fiscal único, apresentamos o nosso relatório e parecer sobre as contas e o relatório de gestão apresentados pelo conselho de administração da NEXPART, SGPS, S. A., relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2004.

Analisámos o relatório de gestão do conselho de administração e as contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, compreendendo o balanço, a demonstração dos resultados por natureza, a demonstração dos fluxos de caixa e o correspondente anexo com as respectivas notas explicativas.

Na qualidade de revisor oficial de contas, procedemos à emissão da certificação legal das contas, e do relatório anual sobre a fiscalização efectuada.

Nesta conformidade, entendemos que os documentos acima referidos permitem, quando lidos em conjunto, uma boa compreensão da situação financeira da NEXPART, SGPS, S. A., em 31 de Dezembro de 2004, satisfazendo as disposições legais e estatutárias. Como nos compete damos ainda o nosso acordo quanto aos critérios valorimétricos utilizados pela sociedade, que constam do anexo ao balanço e à demonstração dos resultados.

Nestes termos, o fiscal único é de parecer:

1.º Que sejam aprovados o relatório de gestão do conselho de administração, o balanço, a demonstração dos resultados, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2004.

2.º Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo conselho de administração.

Lisboa, 4 de Março de 2005. — O Fiscal Único, J. Monteiro & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, L.da, representada por *José Manuel Carlos Monteiro*.

Acta n.º 8 da assembleia geral

Aos 27 dias do mês de Junho de 2005, pelas 10 horas, reuniu na respectiva sede social, sita na Avenida António Augusto de Aguiar, 132, em Lisboa, a assembleia geral anual da Nexpart, SGPS, S. A., pessoa colectiva n.º 505253003, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o n.º 10 903 e com o capital social de 6 150 000 euros, totalmente subscrito e realizado, a fim de discutir e deliberar sobre a seguinte ordem de trabalhos:

1 — Deliberar sobre o relatório de gestão, balanço e demais documentos de prestação de contas relativos ao exercício de 2004;
2 — Deliberar sobre a aplicação dos resultados do exercício de 2004;
3 — Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade;
4 — Deliberar sobre a perda da qualidade de sociedade aberta.

Assumiu a presidência da mesa o respectivo presidente, o Dr. Victor Sérgio de Castro Nunes, que foi coadjuvado pelos secretários, a Dr.ª Marianela Catarino Cordeiro de Sousa Meireles e o Dr. Felipe de Lacerda Baião do Nascimento.

O presidente da mesa da assembleia geral iniciou a reunião dando nota da regularidade legal da convocação da assembleia geral por publicação da sua convocatória efectuada no jornal *Diário de Notícias,* em 23 de Maio e no *Diário da República,* em 25 de Maio de 2005.

Seguidamente, o presidente da mesa constatou, de acordo com a lista de presenças elaborada nos termos do artigo 382.º do Código das Sociedades Comerciais (que, devidamente assinada pelos accionistas ou pelos seus representantes, foi rubricada pelos membros da mesa da assembleia geral), bem como face a cartas de representação, que ficam arquivadas nos papéis da sociedade, que estavam presentes e/ou representados accionistas detentores de 97,527% do capital social, a que correspondem 5 997 900 acções e 5913 de voto, estando reunido o *quorum* necessário para a assembleia geral validamente reunir e deliberar sobre todos e cada um dos pontos da ordem de trabalhos. Constatou, também, ter sido remetida à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, cinco dias antes do respectivo envio aos accionistas, o documento tipo utilizado na solicitação de nosso objectivo, como accionistas da Nexpart — SGPS, S. A., que esta sociedade tivesse a qualidade de sociedade aberta ao investimento do público e consequentemente objecto de deveres de informação mais exigentes, aumentando os custos indirectos associados a esse factor.

c) Que é do interesse de todos os accionistas, onde me incluo, tomar a Nexpart — SGPS, S. A., numa sociedade economicamente eficiente e que para cumprir esse desiderato comecemos por simplificar o seu funcionamento, aprovando a perda da sua qualidade de sociedade aberta.

Propõe-se que:

«Seja aprovada a perda da qualidade de sociedade aberta da Nexpart SGPS, S. A., nos termos previstos na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 27.º do Código de Valores Mobiliários.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada por unanimidade.

De seguida, pediu a palavra o vogal do conselho de administração, o Dr. António Coelho Marinho e no uso da mesma informou a assembleia que no seguimento da deliberação adoptada no ponto quatro da ordem de trabalhos a sociedade, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 3, do artigo 27.º, do Código dos Valores Mobiliários, indicava, com o consentimento do mesmo, o accionista Dr. José de Oliveira Costa para, no prazo três meses a contar do deferimento pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários da perda da qualidade de sociedade aberta ora deliberada, adquirir as acções dos accionistas que, não tendo votado favoravelmente alguma das deliberações, as pretendam alienar.

E nada mais havendo a deliberar e ninguém mais querendo usar da palavra, o presidente declarou encerrada a sessão pelas 11 horas.

E para que tudo conste, foi lavrada a presente acta que, depois de lida e aprovada, foi assinada pelos presidente e secretários da mesa da assembleia geral.

A Mesa da Assembleia Geral: *Victor Sérgio de Castro Nunes,* presidente — *Marianela Catarino Cordeiro de Sousa Meireles,* secretária — *Felipe de Lacerda Baião do Nascimento,* secretário.

2009877411

NORGRUPO — SOCIEDADE ADMINISTRADORA DE COMPRAS EM GRUPO, S. A.

Relatório n.º 13-G/2007

Conservatória do Registo Comercial de Vila Nova de Gaia. Matrícula n.º 38 878; identificação de pessoa colectiva n.º 501544941; número e data da apresentação: 43/17 de Junho de 2004.

Certifico que foram depositados na respectiva pasta os documentos relativos à prestação de contas de 2003, referente à sociedade em epígrafe.

Vila Nova de Gaia, 21 de Julho de 2004. — A Ajudante, *(Assinatura ilegível.)*

Relatório e contas de 2003

Relatório do conselho de administração

1 — Actividade

Gestão de Grupos:

Em 2003 verificou-se uma queda acentuada, mas previsível, das quotas de amortização e administração consubstanciando a finalização dos planos de pagamento da maioria dos participantes.

As dificuldades de manutenção da estrutura foram parcialmente superadas pela redução de salários dos administradores e de alguns colaboradores, e pelo recebimento da indemnização sobre a Formigosa de que eramos credores.

Entrega de bens:

Foram atribuídos bens no valor de 58 418,71 euros e entregues bens no valor de 355 042,85 euros.

O valor dos contratos em vigor por contemplar ascende ao valor de 1 269 784,82 euros.

Recuperação de débitos:

A 31 de Dezembro era de 59 o número de participantes a aguardar saldo do fundo comum ou contemplação.

A actuação principal da Norgrupo concentra-se na recuperação dos débitos de participantes já contemplados.

2 — Elementos relativos à gestão:

Ratio de disponibilidades/responsabilidades:

Disponibilidades de grupos: 247 213,11 euros;
Responsabilidades de grupos: 244 455,69 euros.

O *ratio* é de 101,11%.

Ratio de limites de volume de contratos:

O valor dos contratos em vigor é de 1 405 472 euros permitindo os fundos próprios actuais que esse valor atingisse os 72 246 314 euros.

Ratio de fundos próprios/imobilizado líquido:

Este *ratio* é de 131,58%, pois os fundos próprios são de 1 032 090,20 euros e os imobilizados líquidos são de 784 405,15 euros.

Grandes riscos:

A uma só entidade excedemos em relação à W.F. 240 627 euros.

3 — Considerações sobre as contas

Em 2003, os proveitos subiram de 444 579 euros para 641 326 euros, mas destes deverão ser expurgados os proveitos extraordinários de 171 202 euros, resultantes de uma mais-valia num imóvel, para que se possa fazer uma comparação directa, logo, 470 124 euros (crescimento de 5,7%).

Os custos passaram de 578 289 euros para 548 308 euros (decresceram 5,2%).